

UFBA

Pedagogo/Área



SL-204ST-26
7901183009602

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Tipologia e Gêneros Textuais	10
3. Variação Linguística	18
4. O processo de comunicação e as funções da linguagem	19
5. Processos de formação de palavras	22
6. Norma ortográfica	26
7. Morfossintaxe das classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, numerais e os seus respectivos empregos. Verbo	30
8. Concordância verbal e nominal	40
9. Regência nominal e verbal	43
10. Coesão e Coerência Textuais	47
11. Relações semântico-lexicais, como metáfora, metonímia, antonímia, sinonímia, hiperonímia, hiponímia, reiteração, comparação, redundância e outras	50
12. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	53
13. Pontuação	57
14. Funções do “que” e do “se”	59
15. Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos	61
16. Uso da Crase	62

Administração Pública

1. Administração Pública Federal: organização administrativa, administração direta e indireta	71
2. Princípios constitucionais da Administração Pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência)	75
3. Agentes públicos; Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/1990): provimento, vacância, remoção, redistribuição, substituição, direitos, vantagens, licenças, afastamentos, deveres, proibições, responsabilidades, regime disciplinar, penalidades, processo administrativo disciplinar e seguridade social do servidor	80
4. Serviços públicos	110
5. Disposições gerais da Administração Pública previstas na Constituição Federal de 1988, Título III, Capítulo VII	114
6. Ética no Serviço Público: princípios éticos da Administração Pública, Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994), conduta ética, conflito de interesses, atendimento ao cidadão e responsabilidade social do agente público	121
7. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores): atos de improbidade administrativa, enriquecimento ilícito, lesão ao erário, violação aos princípios da Administração Pública e respectivas sanções	123
8. Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999): princípios, direitos e deveres dos administrados, competência, impedimentos e suspeições, forma, instrução, motivação, anulação, revogação e recursos administrativos	133
9. Organização e funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): estrutura universitária, autonomia universitária, gestão acadêmica e administrativa, Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal da Bahia (UFBA)	139
10. Noções de Administração Pública e Gestão Universitária: planejamento, organização, direção e controle; gestão estratégica; governança pública; gestão por resultados; gestão de processos; administração acadêmica; administração financeira e orçamentária; gestão de pessoas; gestão de materiais, patrimônio e almoxarifado	139
11. Orçamento Público e Finanças Públicas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), créditos adicionais, execução orçamentária e financeira, receita e despesa pública	144

12. Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): princípios, objetivos, fases da licitação, contratação direta, dispensa e inexigibilidade, modalidades, critérios de julgamento, gestão e fiscalização contratual, sanções administrativas, nulidades e controle das contratações públicas	150
13. Controle na Administração Pública: controle interno e externo, prestação de contas, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; atuação dos Tribunais de Contas e demais órgãos de controle.....	194
14. Transparência Pública e Acesso à Informação: Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012), transparência ativa e passiva, classificação e desclassificação de informações, sigilo e acesso às informações públicas.....	200
15. Proteção e Tratamento de Dados Pessoais na Administração Pública: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018); fundamentos e princípios da proteção de dados; tratamento de dados pessoais pelo poder público; bases legais para o tratamento de dados; direitos do titular; dados pessoais sensíveis; compartilhamento de dados pela Administração Pública; segurança da informação; boas práticas e governança em privacidade; responsabilidade dos agentes de tratamento; incidentes de segurança e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD); transparência e compatibilização entre a LGPD e a Lei de Acesso à Informação.....	220
16. Governo Digital e Transformação Digital no Setor Público: princípios, diretrizes e instrumentos do Governo Digital; simplificação de serviços públicos; atendimento digital ao cidadão; gestão eletrônica de documentos; interoperabilidade de sistemas e segurança da informação	233
17. Atendimento ao público e relacionamento interpessoal: comunicação institucional, qualidade no atendimento, acessibilidade, inclusão, diversidade e respeito aos direitos dos cidadãos	237
18. Gestão documental e arquivística: produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos físicos e digitais; preservação documental e acesso à informação	240
19. Sustentabilidade na Administração Pública: responsabilidade socioambiental, gestão sustentável de recursos, eficiência energética, consumo consciente e Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	243
20. Noções de gestão de riscos, integridade e compliance no setor público: governança, gestão de riscos, controles internos, prevenção à fraude e à corrupção, programas de integridade e accountability.....	247
21. Acessibilidade e inclusão no serviço público: legislação aplicável, atendimento inclusivo e garantia dos direitos das pessoas com deficiência	251
22. Redação oficial e comunicações administrativas: correspondências oficiais, elaboração de documentos administrativos e aplicação do Manual de Redação da Presidência da República	270

Informática Básica

1. Conceitos De Internet E Intranet; Noções De Ferramentas E Aplicativos De Navegação E Correio Eletrônico.....	285
2. Conceitos E Modos De Utilização De Tecnologias, Ferramentas, Aplicativos E Procedimentos De Informática	291
3. Conceitos E Modos De Utilização De Aplicativos Para Edição De Textos, Planilhas E Apresentações Utilizando-Se A Suíte De Escritório Microsoft Office 2013	293
4. Conceitos E Modos De Utilização De Sistemas Operacionais Windows 7 E 10.....	300
5. Noções De Segurança E Proteção: Vírus, Worms E Derivados	316

Conhecimentos Específicos Pedagogo/Área

1. Principais concepções pedagógicas da tradição ocidental.....	331
2. Pensamento pedagógico brasileiro	334
3. Relações entre Estado, sociedade e educação.....	336
4. Histórico da educação no Brasil e suas matrizes europeias	340
5. Organização da educação brasileira: legislação, políticas públicas e gestão educacional	343

ÍNDICE

6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996)	346
7. Plano Nacional de Educação (PNE)	365
8. Políticas educacionais para a educação básica e superior	372
9. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação básica e superior.	375
10. Práticas e teorias de ensino e aprendizagem na educação básica e superior.....	378
11. Avaliação educacional: aspectos institucionais, avaliação da aprendizagem e indicadores educacionais	381
12. Planejamento educacional, projeto político-pedagógico e organização curricular	384
13. Didática, metodologias de ensino e práticas pedagógicas inovadoras	386
14. Tecnologias educacionais aplicadas à educação presencial e à educação a distância	389
15. Educação a distância: fundamentos, legislação, políticas públicas e organização didático-pedagógica.....	392
16. Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e mediação pedagógica em educação a distância	394
17. Produção, acompanhamento e avaliação de materiais didáticos impressos e digitais para educação a distância.....	397
18. Design instrucional e metodologias ativas de aprendizagem	399
19. Tutoria, acompanhamento discente e processos de interação em ambientes virtuais	402
20. Formação docente para educação presencial e a distância.....	405
21. Gestão acadêmica e administrativa da educação a distância	407
22. Acessibilidade, inclusão e tecnologias assistivas na educação	410
23. Educação inclusiva, diversidade, direitos humanos e relações étnico-raciais na educação.....	412
24. Políticas de democratização do acesso e permanência na educação superior.....	415
25. Gestão e avaliação de cursos, programas e projetos educacionais	417
26. Pesquisa em educação e metodologias de pesquisa educacional.	420
27. Ética profissional e atuação do pedagogo em contextos institucionais e educacionais	422
28. Noções de informática aplicada à educação e uso pedagógico das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs).....	425
29. Processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais.....	427
30. Currículo, interdisciplinaridade e práticas integradoras	430
31. Educação, trabalho e formação humana	432

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: NOÇÕES GERAIS

► Conceito de organização administrativa

Estrutura criada para o exercício da função administrativa

A organização administrativa corresponde ao modo como o Estado estrutura pessoas, órgãos e entidades para exercer a função administrativa. Essa organização define quem executa as atividades públicas, como as competências são distribuídas, quais entidades integram a Administração Pública e de que maneira o Poder Público se relaciona com particulares que colaboram na execução de serviços ou atividades de interesse coletivo.

No Direito Administrativo, estudar a organização administrativa significa compreender a arquitetura institucional da Administração Pública. O Estado não atua de forma abstrata; ele age por meio de pessoas jurídicas, órgãos, agentes e entidades. Cada um desses elementos possui função própria dentro do aparelho administrativo, permitindo a prestação de serviços públicos, o exercício do poder de polícia, a regulação de atividades, a gestão de bens e a execução de políticas públicas.

► Administração Pública em sentido subjetivo e objetivo

Quem exerce e o que é exercido

A Administração Pública pode ser analisada em sentido subjetivo e em sentido objetivo. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, a expressão indica o conjunto de pessoas, órgãos e entidades responsáveis pelo desempenho da função administrativa. Nesse enfoque, observa-se quem integra a Administração Pública, como ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Em sentido objetivo, material ou funcional, a Administração Pública representa a própria atividade administrativa. Nesse caso, o foco não está em quem atua, mas no que é realizado: prestação de serviços públicos, intervenção administrativa, fomento, polícia administrativa, regulação, fiscalização e gestão de interesses coletivos. Essa distinção é importante porque permite separar a estrutura administrativa da atividade administrativa.

► Administração direta e Administração indireta

Execução centralizada e execução por entidades próprias

A Administração direta é formada pelas pessoas políticas: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Essas pessoas possuem capacidade política, pois podem editar leis, organizar seus governos e exercer competências constitucionais. Dentro delas existem órgãos públicos, como ministérios, secretarias, departamentos, procuradorias e repartições, que não possuem personalidade jurídica própria, mas exercem competências em nome da pessoa política a que pertencem.

A Administração indireta é composta por entidades administrativas com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas pelo Estado para desempenhar atividades específicas. Integram esse conjunto as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essas entidades não possuem capacidade política, mas possuem capacidade administrativa, pois podem gerir patrimônio, contratar, responder judicialmente e executar atividades dentro dos limites definidos por sua finalidade institucional.

► Pessoas políticas e pessoas administrativas

Capacidade política e capacidade administrativa

As pessoas políticas são entes federativos dotados de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira. Elas exercem competências constitucionais e estruturam a Administração direta. Já as pessoas administrativas integram a Administração indireta e recebem competências específicas para executar atividades públicas de forma descentralizada. A diferença central está no alcance da autonomia: pessoas políticas possuem poder político; pessoas administrativas possuem apenas autonomia administrativa, sempre vinculada à finalidade para a qual foram criadas.

DESCONCENTRAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E ÓRGÃOS PÚBLICOS

► Desconcentração administrativa

Distribuição interna de competências

A desconcentração administrativa ocorre quando uma mesma pessoa jurídica distribui internamente suas competências entre órgãos públicos. Não há criação de nova pessoa jurídica, mas apenas repartição de atribuições dentro da própria Administração direta ou dentro de uma entidade da Administração indireta. Assim, quando a União organiza ministérios, secretarias, departamentos, coordenadorias e superintendências, está realizando desconcentração.

A finalidade da desconcentração é tornar a atuação administrativa mais eficiente, especializada e próxima das necessidades concretas. Como o Estado exerce inúmeras funções, seria inviável concentrar todas as decisões em um único centro. Por isso, a Administração cria órgãos com competências específicas, permitindo melhor divisão de trabalho, hierarquia, coordenação e controle interno.

► Descentralização administrativa

Transferência da execução a outra pessoa jurídica

A descentralização ocorre quando o Estado transfere a execução de determinada atividade administrativa a outra pessoa jurídica. Diferentemente da desconcentração, aqui há mais de uma pessoa jurídica envolvida. A atividade deixa de ser exercida diretamente pelo ente político e passa a ser desempenhada por entidade administrativa ou por particular colaborador, conforme o modelo adotado.

A descentralização pode ocorrer por outorga ou por delegação. Na outorga, o Estado cria ou autoriza a criação de uma entidade da Administração indireta e lhe transfere a titularidade e a execução de determinada atividade, como ocorre com autarquias e fundações públicas. Na delegação, o Estado transfere apenas a execução da atividade a particulares, normalmente por contrato ou ato administrativo, sem retirar de si a titularidade do serviço.

A tabela abaixo ajuda a diferenciar os dois institutos centrais da organização administrativa:

Instituto	Característica principal	Personalidade jurídica nova
Desconcentração	Distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica	Não
Descentralização	Transferência da execução a outra pessoa jurídica	Sim

► Órgãos públicos

Natureza jurídica e teoria do órgão

Órgãos públicos são centros de competência criados dentro de uma pessoa jurídica para desempenhar funções administrativas. Eles não possuem personalidade jurídica própria. Por isso, não são titulares de patrimônio próprio, não assumem direitos em nome próprio e, em regra, não respondem judicialmente como pessoas autônomas. Quem responde pelos atos praticados pelo órgão é a pessoa jurídica à qual ele pertence.

A teoria do órgão explica que a atuação do agente público é imputada diretamente à pessoa jurídica estatal. Assim, quando um servidor atua no exercício regular de suas atribuições, não se considera que ele esteja apenas representando o Estado como terceiro; considera-se que a própria pessoa jurídica atua por meio dele. Essa teoria facilita a compreensão da responsabilidade administrativa e da imputação dos atos praticados no exercício da função pública.

► Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos

Competência, estrutura e atuação em juízo

A criação e a extinção de órgãos públicos dependem de previsão normativa adequada, pois envolvem organização administrativa, distribuição de competências, estrutura interna e, muitas vezes, impacto orçamentário. Como os órgãos não possuem personalidade jurídica própria, sua existência está vinculada à pessoa jurídica que os integra.

Em regra, órgãos públicos não possuem capacidade processual, justamente por não terem personalidade jurídica. Contudo, admite-se capacidade processual excepcional para alguns órgãos independentes ou autônomos quando necessário à defesa de suas prerrogativas institucionais. Essa possibilidade não transforma o órgão em pessoa jurídica; apenas reconhece sua aptidão limitada para atuar em juízo em situações específicas, especialmente quando está em discussão a proteção de suas competências constitucionais ou legais.

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E PESSOAS ADMINISTRATIVAS

► Administração indireta

Entidades com personalidade jurídica própria

A Administração indireta é formada por entidades administrativas criadas ou autorizadas pelo Estado para executar atividades específicas de forma descentralizada. Diferentemente dos órgãos públicos, essas entidades possuem personalidade jurídica própria, patrimônio próprio, capacidade administrativa e aptidão para assumir direitos e obrigações em nome próprio. Elas não são meras repartições internas da Administração direta, mas pessoas jurídicas distintas, ainda que vinculadas ao ente político que as criou ou autorizou.

A existência da Administração indireta permite maior especialização, autonomia gerencial e eficiência na execução de determinadas atividades públicas. Quando o Estado entende que certa função pode ser desempenhada de modo mais técnico, especializado ou operacionalmente autônomo, pode criar uma entidade própria para esse fim. Essa descentralização, entretanto, não afasta o controle estatal, pois a entidade continua sujeita à finalidade pública que justificou sua criação.

► Características comuns das pessoas administrativas

Personalidade, patrimônio, finalidade e controle

As pessoas administrativas possuem autonomia administrativa, mas não possuem autonomia política. Isso significa que elas podem gerir seus recursos, celebrar contratos, praticar atos administrativos, contratar pessoal conforme o regime aplicável e responder judicialmente por seus atos. Porém, não podem legislar, criar competências próprias fora de sua finalidade institucional nem atuar como entes federativos.

Algumas características ajudam a compreender o regime comum das entidades da Administração indireta:

- Possuem personalidade jurídica própria, o que as diferencia dos órgãos públicos.
- São criadas ou autorizadas pelo Poder Público para cumprir finalidade específica.

INFORMÁTICA BÁSICA

CONCEITOS DE INTERNET E INTRANET; NOÇÕES DE FERRAMENTAS E APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO E CORREIO ELETRÔNICO

INTERNET

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

► Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra ótica, wireless, etc.).

► World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

► Protocolo de comunicação

A transmissão de dados é realizada fundamentalmente por um conjunto de protocolos, encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si, é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos. Atualmente, a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, o uso do TCP/IP atende tanto à rede local quanto ao acesso externo.

► TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

Considerando ainda o protocolo TCP/IP, pode-se dizer que:

- **IP (Internet Protocol):** É responsável pelo endereçamento e pelo roteamento dos pacotes de dados, definindo o caminho a ser percorrido na rede;
- **TCP (Transmission Control Protocol):** É responsável pelo controle da transmissão, garantindo a entrega correta, ordenada e sem perdas dos dados.

► Domínio

Se não fosse o conceito de domínio, quando fôssemos acessar um determinado endereço na web, teríamos que digitar o seu endereço IP. Por exemplo: para acessar o site do Google ao invés de você digitar www.google.com, você teria que digitar um número IP – 74.125.234.180.

O DNS (Domain Name System) é um sistema hierárquico e distribuído responsável por traduzir nomes de domínio (como www.google.com) em endereços IP, permitindo a localização de servidores na rede.

¹ <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%27ado.pdf>

Estrutura de um endereço na Internet

- **www:** (World Wide Web): convenção que indica que o endereço pertence à web.
- **empresa:** nome da empresa ou instituição que mantém o serviço.
- **com:** indica que é comercial.
- **br:** indica que o endereço é no Brasil.

► URL

Um URL (de Uniform Resource Locator), em português, Localizador Uniforme de Recursos, é o endereço de um recurso (um arquivo, uma impressora etc.), disponível em uma rede; seja a Internet, ou uma rede corporativa, uma intranet.

Ex.: *protocolo://máquina/caminho/recurso.*

► HTTP

É o protocolo responsável pelo tratamento de pedidos e respostas entre clientes e servidor na World Wide Web.

Os endereços web podem iniciar com *http://* ou *https://*.

O HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure) é a versão segura do HTTP, pois utiliza criptografia por meio do protocolo TLS, garantindo confidencialidade e integridade dos dados.

► Hipertexto

É a estrutura que permite a interligação de conteúdos por meio de links (hiperligações), possibilitando navegação não linear entre documentos na web.

NAVEGADORES

Um navegador de internet (browser) é um software cliente que permite acessar, interpretar e exibir conteúdos disponíveis na web, utilizando protocolos como HTTP e HTTPS para comunicação com servidores. Além de também serem conhecidos como browser ou web browser, eles funcionam em computadores, notebooks, dispositivos móveis, aparelhos portáteis, videogames e televisores conectados à internet.

Um navegador de internet interpreta a estrutura de um site e exibe qualquer tipo de conteúdo na tela da máquina usada pelo internauta.

Esse conteúdo pode ser um texto, uma imagem, um vídeo, um jogo eletrônico, uma animação, um aplicativo ou mesmo aplicações web executadas em servidores remotos. Ou seja, o navegador é o meio que permite o acesso a qualquer página ou site na rede.

Para funcionar, um navegador de internet se comunica com servidores hospedados na internet usando diversos tipos de protocolos de rede. Um dos mais conhecidos é o protocolo HTTP, que transfere dados binários na comunicação entre a máquina, o navegador e os servidores.

► Funcionalidades de um Navegador de Internet

A principal funcionalidade dos navegadores é mostrar para o usuário uma tela de exibição através de uma janela do navegador.

Ele decodifica informações solicitadas pelo usuário por meio de códigos-fonte, e as carrega no navegador usado pelo internauta, ou seja, entender a mensagem enviada pelo usuário, solicitada através do endereço eletrônico, e traduzir essa informação na tela do computador. É assim que o usuário consegue acessar qualquer site na internet.

O recurso mais comum que o navegador traduz é o HTML, uma linguagem de marcação para criar páginas na web e para ser interpretado pelos navegadores.

Eles também podem reconhecer arquivos em formato PDF, imagens e outros tipos de dados.

Principais recursos

▪ **Barra de Endereço:** é o espaço em branco que fica localizado no topo de qualquer navegador. É ali que o usuário deve digitar a URL (ou domínio ou endereço eletrônico) para acessar qualquer página na web;

▪ **Botões de Início, Voltar e Avançar:** botões clicáveis básicos que levam o usuário, respectivamente, ao começo de abertura do navegador, à página visitada antes ou à página visitada seguinte;

▪ **Favoritos:** é a aba que armazena as URLs de preferência do usuário. Com um único clique, o usuário pode guardar esses endereços nesse espaço, sendo que não existe uma quantidade limite de links. É muito útil para quando você quer acessar as páginas mais recorrentes da sua rotina diária de tarefas;

▪ **Atualizar:** botão básico que recarrega a página aberta naquele momento, atualizando o conteúdo nela mostrado. Serve para mostrar possíveis edições, correções e até melhorias de estrutura no visual de um site. Em alguns casos, é necessário limpar o cache para mostrar as atualizações;

▪ **Histórico:** opção que mostra o histórico de navegação do usuário usando determinado navegador. É muito útil para recuperar links, páginas perdidas ou revisitar domínios antigos. Pode ser apagado, caso o usuário queira;

▪ **Gerenciador de Downloads:** permite administrar os downloads em determinado momento. É possível ativar, cancelar e pausar por tempo indeterminado. É um maior controle na usabilidade do navegador de internet;

▪ **Extensões:** já é padrão dos navegadores de internet terem um mecanismo próprio de extensões com mais funcionalidades. Com alguns cliques, é possível instalar temas visuais, plug-ins com novos recursos (relógio, notícias, galeria de imagens, ícones, entre outros);

▪ **Central de Ajuda:** espaço para verificar a versão instalada do navegador e artigos (geralmente em inglês, embora também existam em português) de como realizar tarefas ou ações específicas no navegador.

► Principais Navegadores

- Firefox;
- Internet Explorer;
- Google Chrome;
- Safari;
- Opera.

Também conhecidos como web browsers ou simplesmente browsers, funcionam como ponte entre o usuário e o conteúdo da Internet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PRINCIPAIS CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS DA TRADIÇÃO OCIDENTAL

FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO OCIDENTAL

As concepções pedagógicas são conjuntos de ideias sobre educação, ensino, aprendizagem, conhecimento, sociedade e formação humana. Cada concepção procura responder, explícita ou implicitamente, a perguntas fundamentais: para que educar, o que ensinar, como ensinar, quem deve aprender e qual deve ser a relação entre professor, estudante e conhecimento. Essas respostas não surgem isoladamente. Elas são influenciadas pelas condições históricas, filosóficas, políticas e culturais de cada sociedade.

Na Antiguidade grega encontram-se algumas das bases mais importantes do pensamento educacional ocidental. A ideia de paideia estava relacionada à formação do ser humano e do cidadão, abrangendo dimensões intelectuais, morais, políticas e corporais. Entretanto, a educação grega não era uniforme. Esparta valorizava fortemente a preparação física, a disciplina e a formação vinculada às necessidades da pólis, enquanto Atenas desenvolveu uma tradição mais associada à formação política, intelectual, artística e retórica, ainda que o acesso à cidadania e à educação estivesse submetido às profundas exclusões sociais da época.

Sócrates tornou-se uma referência pela importância atribuída ao diálogo e ao questionamento. A tradição socrática é frequentemente associada à maiêutica, processo no qual perguntas conduzem o interlocutor a examinar suas próprias ideias e contradições. Isso não significa uma pedagogia moderna centrada simplesmente na livre opinião do estudante. O diálogo socrático estava ligado à investigação racional e à busca de conhecimento.

Platão compreendia a educação como elemento decisivo para a formação moral e política. Em sua filosofia, educar significava orientar o ser humano em direção ao conhecimento e à formação da virtude, dentro de uma concepção específica de organização da sociedade. Aristóteles também atribuiu grande importância à educação, relacionando-a à formação de hábitos, virtudes e capacidades racionais necessárias à vida na comunidade.

Durante a Idade Média europeia, a educação esteve profundamente vinculada ao cristianismo e às instituições religiosas. A preservação e transmissão do conhecimento ocorreram, entre outros espaços, em escolas monásticas, catedrais e, posteriormente, universidades. A escolástica buscou sistematizar

conhecimentos e articular razão e fé. Tomás de Aquino constitui uma referência importante desse pensamento. A educação medieval, contudo, não pode ser descrita como um período de simples ausência de reflexão racional, pois houve produção filosófica, desenvolvimento institucional e formação de tradições intelectuais duradouras.

Com o Renascimento e o Humanismo, ocorreu uma renovação da valorização dos textos clássicos, da formação intelectual e das capacidades humanas. Posteriormente, transformações científicas, religiosas, econômicas e políticas da modernidade alteraram profundamente as concepções de conhecimento e educação. Gradualmente, a discussão pedagógica passou a preocupar-se de maneira mais sistemática com métodos de ensino, organização escolar e ampliação do acesso à instrução.

Essa trajetória demonstra que as concepções pedagógicas não aparecem como etapas perfeitamente separadas. Ideias antigas podem permanecer presentes em práticas contemporâneas, enquanto concepções mais recentes dialogam, criticam ou reelaboram elementos anteriores. A história da pedagogia é marcada tanto por rupturas quanto por continuidades.

► Pedagogia tradicional e consolidação da escola moderna

A chamada pedagogia tradicional reúne concepções que atribuem grande importância à transmissão sistemática dos conhecimentos acumulados historicamente. Nessa perspectiva, o professor ocupa posição central na organização do ensino, enquanto o estudante deve apropriar-se de conteúdos considerados necessários à sua formação. Exposição, explicação, exercícios, memorização e avaliação do domínio dos conteúdos aparecem frequentemente associados a essa tradição.

É necessário evitar uma simplificação comum: pedagogia tradicional não significa necessariamente ausência completa de aprendizagem ou utilização exclusiva de castigos e memorização mecânica. A tradição pedagógica é heterogênea e inclui diferentes pensadores e práticas. Sua característica mais marcante está na centralidade atribuída ao conhecimento sistematizado, à autoridade pedagógica e à organização prévia dos conteúdos.

João Amós Comênio, no século XVII, constitui uma referência importante na construção da didática moderna. Em sua obra Didática Magna, defendeu a necessidade de organizar sistematicamente o ensino e buscou formular princípios capazes de tornar a aprendizagem mais ordenada e acessível. A ideia de ensinar segundo uma progressão, partindo de elementos mais simples em direção aos mais complexos, tornou-se uma referência duradoura.

A modernidade também foi influenciada pelo pensamento de John Locke, que enfatizou a experiência na formação do conhecimento e atribuiu grande importância à educação na

formação dos indivíduos. Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, realizou uma crítica profunda às formas artificiais e autoritárias de educação de seu tempo. Em Emílio, defendeu maior respeito às características e ao desenvolvimento da criança, colocando em questão a ideia de simplesmente tratá-la como um adulto em miniatura.

Johann Heinrich Pestalozzi aprofundou a valorização da experiência e de uma educação que considerasse diferentes dimensões da formação humana. Seu pensamento costuma ser relacionado à educação integral e à importância da atividade da criança no processo educativo. Friedrich Herbart, por sua vez, procurou desenvolver uma pedagogia sistemática fundamentada na ética e na psicologia, valorizando a instrução como parte da formação moral.

Com a formação dos sistemas nacionais de ensino, especialmente a partir dos séculos XVIII e XIX, a escola moderna consolidou elementos como classes organizadas, currículos, horários, progressão, avaliação e atuação profissional do professor. Essa institucionalização permitiu ampliar progressivamente o acesso à escolarização, embora esse processo tenha ocorrido de maneira desigual entre grupos sociais e países.

Na pedagogia tradicional, a disciplina e a autoridade docente ocupam posições importantes. O professor é reconhecido como alguém que domina conhecimentos que o estudante ainda precisa aprender. O risco surge quando autoridade é transformada em autoritarismo ou quando o estudante é reduzido a uma posição inteiramente passiva. As críticas posteriores à pedagogia tradicional concentraram-se especialmente nesses aspectos.

Apesar dessas críticas, a valorização da sistematização, do planejamento e do conhecimento elaborado continua presente na educação contemporânea. A oposição entre “ensinar conteúdos” e “desenvolver o estudante” pode ser artificial quando apresentada de maneira absoluta. O desafio pedagógico consiste em permitir que o estudante se aproprie efetivamente do conhecimento, e não apenas seja exposto a informações.

► Escola Nova e concepções centradas na experiência e na atividade

Entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, diferentes movimentos de renovação educacional passaram a criticar aspectos da escola tradicional. Essas tendências ficaram amplamente conhecidas como Escola Nova, Educação Nova ou movimento escolanovista. Embora seus representantes possuíssem diferenças importantes, compartilhavam críticas ao ensino excessivamente verbalista, à passividade do estudante e à pouca consideração de seus interesses e experiências.

John Dewey é uma das principais referências desse movimento. Influenciado pelo pragmatismo, compreendeu a educação como processo relacionado à experiência e à vida democrática. Para Dewey, aprender não deveria significar simplesmente receber informações prontas. O estudante deveria envolver-se em situações significativas, investigar problemas, formular hipóteses e reconstruir sua experiência.

A conhecida associação entre Dewey e a expressão “aprender fazendo” precisa ser compreendida adequadamente. Ela não significa abandonar conhecimentos sistematizados nem deixar o estudante realizar qualquer atividade livremente. A experiência

torna-se educativa quando é organizada de modo a favorecer reflexão, investigação e desenvolvimento. A atividade pela atividade não garante aprendizagem.

Maria Montessori também realizou contribuições importantes ao desenvolver uma proposta que valorizava autonomia, atividade da criança e organização intencional do ambiente. Os materiais montessorianos foram concebidos para possibilitar exploração e desenvolvimento progressivo de determinadas capacidades. O professor assume uma função de observação, orientação e preparação do ambiente, sem desaparecer do processo educativo.

Ovide Decroly relacionou aprendizagem aos interesses e necessidades das crianças e desenvolveu a ideia dos centros de interesse. Para ele, a organização do ensino poderia superar a fragmentação rígida das disciplinas por meio de experiências mais integradas. Édouard Claparède também contribuiu para a valorização das características psicológicas e necessidades do estudante.

Essas concepções modificaram significativamente a imagem da criança. Em lugar de compreendê-la apenas como receptora incompleta do conhecimento adulto, passou-se a reconhecer maior especificidade em seu desenvolvimento, seus interesses e suas formas de interação com o ambiente. O estudante ganhou posição mais ativa no processo de aprendizagem.

O professor, contudo, não deixa de possuir importância. Nas concepções renovadoras, sua atuação muda de natureza: ele organiza situações de aprendizagem, seleciona recursos, acompanha processos e cria condições para participação ativa. A ideia de que pedagogias ativas significam ausência de planejamento ou liberdade irrestrita constitui uma interpretação inadequada.

A Escola Nova exerceu grande influência internacional e também alcançou a educação brasileira, especialmente durante as primeiras décadas do século XX. No Brasil, nomes como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo estiveram relacionados ao movimento de renovação educacional. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, tornou-se um documento importante na defesa da reorganização e expansão da educação pública.

A principal contribuição das pedagogias renovadoras foi demonstrar que aprendizagem envolve atividade, experiência, interesse e participação do estudante. Entretanto, críticas posteriores apontaram que a valorização do processo e dos interesses individuais não deveria levar ao enfraquecimento do acesso aos conhecimentos sistematizados, especialmente para estudantes socialmente desfavorecidos.

► Concepções construtivistas, histórico-culturais e críticas da educação

O século XX também foi marcado por importantes teorias sobre desenvolvimento e aprendizagem que influenciaram a pedagogia. Jean Piaget investigou a construção do conhecimento e o desenvolvimento das estruturas cognitivas. Em sua perspectiva, o sujeito participa ativamente da construção do conhecimento por meio de sua interação com o meio. Conceitos como assimilação, acomodação e equilíbrio tornaram-se importantes para compreender esse processo.

O construtivismo inspirado em Piaget não significa que o estudante deva descobrir sozinho todo o conhecimento nem que o professor não possa ensinar diretamente. Essa interpretação